



DRA. AMANDA MEDEIROS
Brasil é o País da América
Latina que mais Produz
Estudos Sobre Cannabis
Medicinal



**PROCURADORIA
DA MULHER**
Paraná Alcança Marca
Histórica de 176
Procuradorias da
Mulher

Edição 05 | Ano: 02 | Abril 2025

VENDA PROIBIDA

Revista

Paraná Oficial



SÉRGIO MORO

O Senador que leva a bandeira do combate
à corrupção no Congresso



Projetamos, implementamos
otimizamos!

soluções de tecnologia
para você e sua empresa...

Somos os melhores nas áreas de Firewall, Antivírus,
Suporte Técnico e Redes, Vendas e Locação, a C3
Company coloca a excelência no atendimento ao cliente
como sua principal prioridade...

www.c3company.com.br

EXPEDIENTE

■ DIRETOR EXECUTIVO

Alexandre Domingues

■ JORNALISTA RESPONSÁVEL

Alexandre Domingues

■ ASSESSORIA DE IMPRENSA

Erika Wamdembruck

■ DESIGNER E EDITORAÇÃO GRÁFICA

Joelso Luis Kresko

joelso@portalparanaoficial.com.br

■ ASSESSORIA DE MARKETING

João Vitor Bayer Kresko

■ GERENTE COMERCIAL

Alexandre Domingues

radioparanaoficial@gmail.com

www.revistaparanaoficial.com.br

a rádio
PERFEITA
música, diversão
e muita informação...

Rádio
Paraná Oficial

www.radioparanaoficial.com.br

Tiragem impressa 2.000 unidades.

SÉRGIO MORO

O Senador que leva a Bandeira do Combate à Corrupção no Congresso

O Senador Sérgio Moro tem forte atuação no combate à corrupção. Entre os projetos que apresentou recentemente está o Projeto de Lei Ordinária que torna crime o ajuste ou o planejamento da prática de violência ou grave ameaça contra agentes da lei envolvidos no combate ao crime organizado.

Entre outras condutas, passa a ser crime: *“solicitar, mediante promessa ou concessão de vantagem de qualquer natureza, ou ordenar a alguém a prática de violência ou de grave ameaça contra ocupante de cargo público, advogado, parte, testemunha, intérprete ou perito particular, com o fim de impedir, embaraçar ou retaliar o regular andamento de processo ou investigação de crimes praticados por organização criminosa ou a aprovação de qualquer medida contra o crime organizado”*, com prisão de quatro a 12 anos e recolhimento à presídio federal de segurança máxima.

Ainda entre as propostas, o projeto estende as medidas de proteção previstas na Lei 12.694/2012 para policiais, juízes e promotores, em atividade ou aposentados, ameaçados pelo crime organizado. *“O Brasil não será vencido pelo crime”*, diz Moro.

A atual legislação brasileira apresenta fragilidade sobre o tema, já que o Código Penal vigente não tipifica a prática de planejamento do ato ilícito. Com a criação da lei será permitida a intervenção da política antes da execução do crime, ou seja, ainda na elaboração do ataque, diminuindo significativamente as chances de execução de crimes.

O projeto foi apresentado pelo senador Moro em resposta à tentativa de sequestro e assassinato do parlamentar e de membros de sua família feitos por uma organização criminosa em retaliação ao trabalho exercido à época que atuava como ministro da Justiça e Segurança Pública.

Ainda na área da Segurança Pública, o senador Sérgio Moro apresentou o **Projeto de Lei n 2522/2023**, que permite o confisco de bens provenientes do tráfico de drogas mesmo em casos de extinção da punibilidade, de nulidade de processo ou de absolvição por certas causas, caso comprovado que sejam oriundos de atos ilícitos.

Na justificativa da matéria, o senador argumenta que o enfrentamento ao tráfico de drogas e contra o crime organizado demanda o confisco dos bens e o asfixiamento financeiro da atividade criminal.

O patrimônio oriundo do tráfico de drogas não deve ser, em nenhuma circunstância, devolvido aos donos, mas falta na legislação brasileira melhor regulação sobre a destinação de bens apreendidos ou sequestrados em casos de tráfico de drogas, o que o PL pretende suprir.



Ainda no texto, Moro relembra o **caso do traficante André do Rap**, apontado pela polícia como uma liderança no tráfico internacional de drogas e que teve um helicóptero devolvido, após decisão judicial. Com o PL em vigor, a devolução do bem poderia ser evitada.

O propósito do projeto, de autoria do senador Sérgio Moro, é endurecer a lei, mostrando que o crime não deve compensar.

TITULAR NA CCJ

Sérgio Moro está em comissões importantes do Congresso Nacional. Referência em assuntos de combate à corrupção, à criminalidade e ao crime organizado, o senador conquistou espaço para aprofundar a discussão nesses temas. Após indicação do bloco Democracia, composto pelo União Brasil, MDB, Podemos, PDT, PSDB e Rede, Moro é membro titular da Comissão de Segurança Pública (CSP), da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC).

Além disso, o paranaense foi indicado para a suplência em comissões que debatem assuntos que são bandeiras de seu mandato. São elas: Comissão de Assuntos Econômicos (CAE); Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

“É importante participar das comissões porque são nelas que os projetos iniciam. Então a Comissão de Constituição e Justiça analisa a constitucionalidade. É uma das comissões mais importantes aqui do Senado Federal. As outras comissões são temáticas, com considerações direcionadas ao conteúdo dos projetos”, disse Moro.

Após dias de articulação para a escolha dos presidentes e membros das 14 comissões permanentes do Senado Federal, Sérgio Moro foi indicado para as comissões mais relevantes. A

missão é de analisar, discutir e votar projetos de maneira terminativa, realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil, exercer a fiscalização e controle de atos do Poder Executivo, opinar sobre o mérito das proposições submetidas a seu exame, entre outras atribuições.

“Segurança Pública para mim é essencialmente importante e Fiscalização e Transparência. Temos que exigir do Governo integridade. Além disso, também consegui uma posição em comissões em que os temas são muito pertinentes e importantes para o meu mandato, como a Comissão de Assuntos Econômicos – tema central nos próximos anos; Comissão de Agricultura, sendo o agro a força do país, particularmente no Paraná e; Relações Exteriores, pois estamos em um mundo cada vez mais globalizado”, afirmou o senador.



TRAJETÓRIA

O Senador **Sérgio Moro** nasceu em Maringá e tem 52 anos de idade. Filiado ao União Brasil, Moro exerce o seu primeiro mandato no Senado. Eleito em 2022 com 1.953.159 votos. É formado em Direito pela Universidade Estadual de Maringá (UEM) e, na Universidade Federal do Paraná (UFPR), também fez mestrado e doutorado. Na UFPR, atuou como professor na área de Direito Penal. Se tornou juiz federal em 1996, e esteve à frente da condução de processos ligados a escândalos como Caso Banestado e Lava Jato. Deixou a magistratura em 2018 e tornou-se ministro da Justiça no governo de Jair Bolsonaro. Ficou no cargo até abril de 2020.

Assessoria Senador Sérgio Moro

Portal
Paraná Oficial

www.portalparanaoficial.com.br



NOVO TIPO PENAL: NARCOCÍDIO

Assessoria Senador Sérgio Moro

O Senador Sergio Moro (União Brasil-PR) propõe a criação do crime de narcocídio, que é o cometimento de assassinato vinculado ao tráfico de drogas, com penas de 20 a 30 anos de prisão.

A Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal aprovou, nesta quarta-feira (21), o relatório do senador Moro que modifica a Lei de Drogas e traz avanços no combate à criminalidade e violência decorrentes do tráfico de drogas.

A fim de aperfeiçoar a legislação para coibir o tráfico e o consumo de drogas no país, o PL 3786/2021 inova também em relação a competência do julgado. Se os atos praticados culminarem em resultados mais gravosos, como a morte, o réu será julgado por um juiz comum. Essa designação evita que ocorram perseguições aos jurados do Tribunal do Júri - que é formado por cidadãos comuns de uma determinada comunidade. A técnica legislativa é a mesma do latrocínio, o roubo seguido de morte.

“Não conseguiremos acabar com essas taxas elevadíssimas de assassinatos se não conseguirmos frear o crime organizado, que tem se mostrado cada vez mais ousado. O objetivo desse tipo penal, além de trazer um tratamento extremamente rigoroso - a pena que nós propomos aqui é de 20 a 30 anos de prisão, a mesma que a do latrocínio -, é permitir que esses casos sejam julgados por juízes profissionais, permitir que, no julgamento desses casos, nós não coloquemos em risco a vida do cidadão comum, do jurado que seja eventualmente chamado para julgar

um crime dessa espécie”, afirmou Moro.

Em sua fala como relator, Moro ressaltou que a sociedade não aguenta mais o avanço do crime organizado e é preciso reagir. *“Precisamos melhorar o combate aos crimes ligados ao tráfico de drogas no país porque as pessoas não aguentam mais o avanço do crime organizado, o crescimento da violência. Sabemos que não existe uma resposta fácil para isso, mas parte da resposta envolve a reforma da nossa legislação para deixá-la mais dura com penas mais elevadas. Não podemos correr o risco de nosso país virar um narcoestado”, completou o senador paranaense.*

Com a alteração proposta, haverá aumento de penas para quem cometer crimes de violência vinculados ao tráfico, deixando a legislação com penas mais justas, e duras, às mais variadas condutas.

O PL 3786/2021, de autoria do senador Jayme Campos (União Brasil-MT), segue para apreciação da Câmara dos Deputados.



DRA. AMANDA MEDEIROS

Brasil é o País da América Latina que mais Produz Estudos Sobre Cannabis Medicinal

Um estudo divulgado agora em maio mostra que o Brasil é o país da América Latina que mais produz publicações científicas sobre o uso medicinal e terapêutico da cannabis. São 422 artigos publicados no País de um total de 10,5 mil estudos analisados em toda a América Latina entre 1990 e 2025, segundo pesquisa do Centro de Tecnologia e Inovação da Cannabis (CTCANN), com apoio da Associação Brasileira das Indústrias de Cannabis (ABICANN).

Os artigos trazem estudos clínicos, sociopolíticos e pré-clínicos. O uso eficaz da cannabis medicinal no tratamento de epilepsia e ansiedade são os mais citados nos artigos brasileiros, de acordo com o levantamento. “Para se ter uma ideia, desde 1969, o professor Elizaldo Carlene da USP (Universidade de São Paulo) iniciou os primeiros estudos sobre a eficácia do canabidiol no tratamento da epilepsia, destaca a médica Amanda Medeiros, referência no País em medicina endocanabinoide, com mais de 2 mil pacientes ativos, que fazem uso do medicamento. O Brasil é o País mais ansioso do mundo, completa



Atualmente, o Brasil ocupa a 8ª posição entre aqueles que mais estudam o tema. Um salto de três pontos em relação a 2021, quando o país estava na 11ª posição. “Estamos no caminho certo realizando pesquisas. O próximo passo é reduzir o consumo de rivotril entre as pessoas com ansiedade e tratar cada vez mais a doença com medicamentos naturais, como os canabinoides. Além disso, precisamos regulamentar o plantio e cultivo do cânhamo (planta da família da cannabis) e criar mais leis federais e estaduais para a dispensação do produto de forma gratuita as pessoas carentes”, conclui a cientista. Os Estados Unidos lideram a produção de publicações científicas, com 9,7 mil artigos publicados. Os americanos possuem centros de estudos ativos sobre o tema desde a década de 1990. Canadá, Reino Unido, Alemanha, Itália, Austrália e Espanha aparecem em seguida no ranking mundial ela. “É o maior consumidor de rivotril do planeta”, destaca.

MULTA POR PEGAR RABEIRA

Com o parecer positivo da Comissão de Urbanismo, Obras Públicas e TI ao projeto de lei que prevê multa de R\$ 500 e apreensão das bicicletas dos ciclistas que forem flagrados “pegando rabeira”, a Câmara Municipal de Curitiba (CMC) já pode levar a proposta à discussão no plenário (005.00097.2025). O aval que faltava ao projeto dos vereadores Tico Kuzma (PSD) e Da Costa (União) foi obtido na quarta-feira (30/04), quando o parecer favorável de Rafaela Lupion (PSD), presidente do colegiado, foi endossado por Da Costa, Pier Petruzzello (PP) e Laís Leão (PDT).

No seu parecer, Rafaela Lupion lamentou a morte do adolescente Lucas Vicente, de 14 anos, que morreu neste sábado após ser atropelado por um ônibus na Linha Verde enquanto “pegava rabeira”. “É importante ressaltar que uma das funções precípuas do Poder Público é preservar a vida e prover meios de resguardá-la. O projeto é tecnicamente sólido, com fundamento na Constituição Federal, na Lei Orgânica do Município e no Plano Diretor. Está alinhado às demandas de segurança urbana, trânsito, mobilidade urbana, sistema viário”, observou. O assunto foi debatido ontem, na CMC, em uma reunião dos vereadores com a Urbs e o Sindicato dos Motoristas e Cobradores de Ônibus de Curitiba.

Na reunião, os membros de Urbanismo também deram pareceres favoráveis à tramitação para mais cinco projetos de lei. Na lista dos projetos avaliados, no mérito, pela comissão, estão a supressão da repressão ao comércio ambulante nas leis que criaram polos gastronômicos (005.00075.2024), a atualização da lei contra furtos de material elétrico (005.00011.2024) e a criação do Polo da São Francisco (005.00018.2025), do Polo Teffé (005.00147.2024) e do Polo Praça Osório (005.00145.2024). A reunião foi transmitida ao vivo pelo canal da CMC no YouTube e os pareceres estão disponíveis no Sistema de Proposições Legislativas.

Câmara Municipal de Curitiba

JUSTIÇA, DEMOCRACIA E OS LIMITES DA PUNIÇÃO

Os acontecimentos de 8 de janeiro de 2023, quando manifestantes invadiram e depredaram as sedes dos Três Poderes em Brasília, provocaram uma resposta inédita na história recente do Brasil. O Supremo Tribunal Federal assumiu as investigações e julgamentos, enquanto o Congresso Nacional, em especial a Câmara dos Deputados, encontra-se em meio a inúmeras propostas de lei e disputas sobre uma possível anistia aos envolvidos.

O clima é de tensão. De um lado, ministros do STF aplicam penas severas, em alguns casos ultrapassando 15 anos de reclusão, mesmo para réus primários. De outro lado, deputados da oposição pressionam por uma anistia, alegando que o rigor das penas é desproporcional e politicamente motivado. O debate se instalou no coração da democracia brasileira - é possível defender as instituições sem abrir mão dos princípios constitucionais que protegem o devido processo legal?

Diante de atos que visam subverter a ordem democrática por meio de violência, a responsabilização penal se faz inerente. O Supremo Tribunal Federal (STF) e o Ministério Público Federal (MPF) passaram a atuar intensamente para investigar e punir os envolvidos, incluindo financiadores, organizadores e executores. A aplicação de penas severas foi defendida como necessária para coibir futuras ameaças ao Estado democrático de direito. Nesse sentido, a punição é apresentada não apenas como castigo individual, mas como um mecanismo de proteção coletiva e um recado para cada um dos brasileiros: a democracia não tolera ataques violentos contra suas bases.

No entanto, ao longo dos julgamentos e das condenações, surgiram questionamentos importantes sobre os limites da atuação do STF, o equilíbrio entre justiça e legalidade e o risco de politização do Judiciário. Muitos réus, por exemplo, foram julgados diretamente pelo Supremo, sem acesso às instâncias inferiores, o que compromete, entre outras garantias, o direito à ampla defesa e ao duplo grau de jurisdição. Além disso, o rito acelerado dos julgamentos, a condução das audiências em blocos, a generalização das responsabilidades e a falta da individualização das penas, comprometem o ideal de justiça imparcial. A atuação do STF, nesse contexto, parece estar orientada por um impulsionamento político, ao invés de critérios técnicos e jurídicos estritos.

Como tem se posicionado o Deputado Estadual Tito Barichello (União Brasil – PR) “A impressão que se tem é que o STF, ao buscar proteger a democracia, incorre em práticas que flertam com o autoritarismo judicial, mediante o uso excessivo da autoridade jurídica como forma de reprimir e silenciar manifestantes que exerceram um direito fundamental e não deveriam ser penalizados por isso”.

Por outro lado, crescem os apelos por uma anistia parcial — não para os organizadores e financiadores do ataque, mas para aqueles que foram arrastados pela massa, sem consciência plena da gravidade dos atos. Essas propostas, porém, estão esbarrando na resistência do próprio STF e de setores políticos que temem o enfraquecimento do exemplo punitivo.

Contudo, as propostas estão longe de ser consenso. A base governista se opõe com veemência, alegando que anistiar crimes contra a democracia seria validar tentativas de golpe. Já a oposição, pressiona o presidente da Câmara, Arthur Lira, para pautar o tema. Nos bastidores, a anistia virou moeda de troca — barganha política travestida de princípio. A lentidão legislativa revela que o Congresso não apenas evita o enfrentamento direto com o STF, como também tenta capitalizar favores politicamente. Enquanto isso, o debate se arrasta, sem uma solução institucional clara.

O Brasil ainda busca respostas para o trauma do 8 de janeiro. A punição, caso seja aplicada, deve ser ponderada e proporcional. A anistia, por sua vez, pode ser uma saída legítima, desde que debatida com responsabilidade e não usada como instrumento eleitoral.

Talvez o maior risco à democracia brasileira não esteja nos vândalos do 8 de janeiro — mas sim na conveniência institucional que se instala nos gabinetes forrados de tapete vermelho. Quando a justiça se transforma em espetáculo, e a política em teatro de vaidades, o cidadão vira espectador de um circo onde os palhaços são os direitos fundamentais e os equilibristas, os princípios constitucionais. Pede-se ordem, clama-se por justiça, mas entrega-se vingança. O STF veste a toga como armadura e a Constituição como espada, enquanto o Congresso hesita entre legislar com coragem ou negociar com covardia.

A anistia virou palavra suja. E a punição, moeda de reputação. Não há mais inocentes em Brasília — só sobreviventes de um jogo onde o tabuleiro é a democracia, mas as regras mudam conforme a plateia aplaude ou vaia. Se o Brasil quer justiça, que seja com equilíbrio. Se quer pacificação, que seja com verdade. Mas se quiser apenas vencer narrativas, que ao menos tenha a honestidade de admitir: a democracia morreu... de conveniência.



Douglas Presibella
Bacharel em direito,
comunicador, especiali-
zado em assessoria de
imprensa e estratégia
parlamentar.

RAPHAEL BARREIRO

25
de MAIO
19hs



PATROCÍNIO:



BOTECO BOA PRAÇA
R. Comendador Araújo, 1066
Batel - Curitiba

APOSENTADORIA

Saiba como se Aposentar por Tempo de Contribuição

Com o advento da Reforma da Previdência em 2019 muitas pessoas têm me perguntado se ainda poderão se aposentar antes da idade de 65 anos para homens e 62 anos para mulheres.

Será que a Reforma da Previdência colocou um fim nas aposentadorias por tempo de contribuição?

Primeiro vamos esclarecer quais são as aposentadorias por tempo de contribuição?

São aquelas aposentadorias antecipadas ao implemento da idade, ou seja, aquelas aposentadorias em que o homem buscava 35 anos de tempo de contribuição para se aposentar e a mulher buscava 30 anos de tempo de contribuição para se aposentar, independentemente da idade.

Essas aposentadorias deixaram de existir com a Reforma da Previdência?

Não, não deixaram de existir após a Reforma da Previdência, o homem que possui 35 anos de tempo de contribuição até 13/11/2019 e a mulher que possui 30 anos de tempo de contribuição até 13/11/2019 ainda podem se aposentar conforme direito adquirido.

Mas, e aquelas pessoas que não completam 30 ou 35 anos de tempo de contribuição antes da mudança da Lei (13/11/2019)?

Para essas pessoas ficam valendo as Regras de Transição.

Vou apresentar-lhes as principais Regras de transição da aposentadoria por tempo de contribuição:

Regra 1: Regra dos pontos.

Regra 2: Regra da idade progressiva.

Regra 3: Regra do Pedágio 50%.

Regra 4: Regra do Pedágio 100%.

A Regra dos pontos exige uma pontuação mínima composta pela soma da idade + tempo de contribuição. Então, nesta Regra de transição você precisa somar sua idade mais o seu tempo de contribuição e atingir uma pontuação mínima. A pontuação é progressiva e aumenta a cada ano, iniciando em 2019 com 86 pontos mínimos para mulheres e 96 pontos mínimos para homens até alcançar 100 pontos para mulheres e 105 pontos para homens.

Por sua vez, na regra da idade progressiva as mulheres precisam cumprir o tempo mínimo de contribuição de 30 anos e os homens precisam cumprir o tempo mínimo de contribuição de 35 anos. Além do tempo de contribuição mínimo é necessário cumprir o requisito da idade mínima, o qual aumenta seis meses a cada ano, começando com 56 anos para mulheres em 2019 e 61 anos para homens em 2019 até alcançar 62 anos de idade mínima para mulheres e 65 anos de idade mínima para homens.

Já, as regras de pedágio funcionam da seguinte forma:

Com relação ao pedágio 50%, essa regra de transição só é válida para quem estava a menos de 2

anos de se aposentar na data em que a Reforma da Previdência entrou em vigor (13/11/2019), ou seja, vale para o homem com no mínimo 33 anos de tempo de contribuição até 13/11/2019 e para mulher com no mínimo 28 anos de tempo de contribuição até 13/11/2019. Para ambos, para se enquadrarem na regra do pedágio 50% é necessário cumprir 50% do tempo de contribuição que faltava no dia 13/11/2019 para completar os 35 anos de recolhimento, se homem, ou, os 30 anos de recolhimento, se mulher, independentemente da idade.

Por fim, com relação a regra do Pedágio 100%, além da idade mínima e do tempo de contribuição, o segurado terá que cumprir um pedágio de 100% do tempo que faltava para se aposentar. Significa dizer que para ter direito a esta regra de transição é necessário calcular quantos anos faltavam para o segurado completar 35 anos de tempo de contribuição, se homem, em 13/11/2019 e quantos anos faltavam para a segurada completar 30 anos de tempo de contribuição, se mulher, em 13/11/2019. Calculando o tempo que faltava para completar os anos de contribuição, basta multiplicar por dois este tempo faltante e verificar se o segurado possui 60 anos se homem, ou 57 anos, se mulher, para ter direito a aposentação nesta modalidade.

Ficou confuso?

Acompanhe as próximas postagens para entender cada uma das Regras de Transição e saber se você se encaixa em alguma delas.



Jessica Menarim, Advogada

IMPORTÂNCIA DAS IGREJAS

Como Pontes da Inclusão e Acolhimento

Debater experiências e iniciativas já desenvolvidas, destacando as adaptações necessárias para que os espaços religiosos se tornem locais de acolhimento físico e espiritual efetivo.

Esse foi o objetivo da audiência pública realizada na Assembleia Legislativa do Paraná para discutir o papel da igreja na inclusão. A ação foi promovida pelo Bloco Parlamentar da Neurodiversidade, coordenado pelo deputado Alisson Wandscheer (Solidariedade), em parceria com o Ministério Pão Diário.

O evento no Plenarinho integrou as ações do Abril Azul, mês de conscientização sobre o autismo, e reuniu representantes religiosos, do Poder Público, da sociedade civil organizada, especialistas e famílias atípicas para ampliar as iniciativas voltadas ao público neurodivergente.

O parlamentar destacou que o acolhimento integra a essência da igreja. *“O mês de abril é um mês importante para nós levarmos conhecimento sobre o tema, para falar sobre a neurodivergência, sobre o autismo, sobre as famílias atípicas e para as pessoas criarem um pouco de empatia quanto a essa luta que nós temos. Ter um olhar diferente quanto a essas pessoas. Todo o debate, seja ele onde for, é importante para poder criar essa comoção das pessoas para entender que o acolhimento é necessário e obrigatório”*, reforçou Wandscheer, também um pai atípico.

“A fé e inclusão não podem andar separadas. O testemunho de Jesus é um testemunho inclusivo, a igreja é um lugar de acolhimento. E quando ela acolhe de verdade, a sociedade respeita mais”, afirmou.

Diretor de Relações Governamentais do Instituto Qualicare, braço social do Ministérios Pão Diário, Isaac Poblete ressaltou que a igreja é muitas vezes o primeiro local de acolhimento das famílias, *“por isso é importante que esteja preparada para ser cada vez mais um espaço de fé e amor”*.

Ele citou a consolidação das leis do autismo pela Assembleia Legislativa, transformada no Código Estadual da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. *“Um motivo de orgulho e que vai além de orientar gestores públicos para as necessidades das pessoas autistas e famílias, para também promover ambientes mais sensíveis e preocupados com a inclusão e isso inclui as igrejas e a sociedade e em geral”*.

Fundado há cerca de 80 anos nos Estados Unidos, o Ministério Pão Diário atua hoje em mais de 150 países e 60 idiomas, promovendo inclusão e impacto social, com sede para a Iberoamérica e Caribe em Colombo, Região

Metropolitana de Curitiba.

“Quanto mais humanos nós somos, mais o divino se derrama”, afirmou o Padre Aparecido, capelão do Centro Cívico, da Ação Social do Paraná e diretor do Asilo São Vicente de Paulo. *“Quando falamos da Igreja, tratamos de toda pessoa humana e de sua dignidade. E, quando se olha para o autista, estamos falando de uma realidade que, até pouco tempo, a sociedade não compreendia. A acolhida do autista é fundamental. O acolhimento sempre fez parte da doutrina social da Igreja e do Evangelho: colocar o ser humano, com toda a sua integridade, em sua espiritualidade e também em sua vida social”*, acrescentou.

E ao falar de acolhimento, o padre lembrou do Papa Francisco, morto esta semana. *“Estamos vivendo esse momento de luto, já de saudade, mas que traz a todo instante o legado, a história de um homem que teve a sensibilidade, a compreensão e soube usar isso diante da sua liderança para acolher e incluir”*.

O pastor Anderson Cruz, da Igreja Alcance Curitiba, parabenizou a audiência e relatou a dificuldade de famílias atípicas em frequentar espaços tradicionais. *“Criamos um ministério que atende cerca de 380 famílias, com quase 40 voluntários capacitados, para que possamos enxergar o indivíduo além da deficiência”*, afirmou.

Representando o presidente do Tribunal Regional Eleitoral, desembargador Sigurd Roberto Bengtsson, a servidora Cláudia Afanio apresentou as ações do TRE voltadas à neurodivergência, que incluem atendimento especializado e participação de pessoas com deficiência como mesários — prática que deve ganhar força nas eleições de 2026.

Para a psicopedagoga e mãe atípica Adriana Kawalkiewicz, *“aceitar não é incluir”*.



Segundo ela, a inclusão só acontece quando particularidades e singularidades são respeitadas. Na Igreja Batista do Bacacheri, onde atua, 37 crianças são assistidas e as famílias recebem apoio. “As mães *chegam exaustas; precisamos acolher sem julgamentos*”, observou.

A neuropsicóloga Júlia Pupo, também mãe atípica, acompanha adultos autistas, muitos com diagnóstico tardio, e pontuou que a inclusão “*precisa ser real*”. “*Aceitar pessoas com suas dificuldades e potencialidades, sem olhares condenatórios, é o que gera pertencimento*”, defendeu, ressaltando o desafio das igrejas em comunidades carentes, onde costumam ser o único espaço de apoio.

Já o pastor Adoniran Melo, gestor das áreas ministeriais especiais da Primeira Igreja Batista de Curitiba (PIB), falou do enfretamento diário para assegurar o acolhimento aos neurotípicos que já estão na congregação. “*A Igreja deveria ser o ambiente mais acolhedor da face da terra, mas não é assim. É um processo constante, que exige conhecimento para vivenciamos essa santa empatia*”.

Ele contou que às quartas e domingos há cultos com redução de ruído, luminosidade e inclusive de tempo, proporcionando mais conforto e acolhimento não só para autistas, mas atendendo demais neurodivergências. Outra iniciativa é a oferta de cursos profissionalizantes para as mães atípicas, considerando o alto índice de divórcio dos casais após o diagnóstico de autismo.

Coronel Perovano, chefe do Centro de Políticas de Minorias e Grupos Vulneráveis da Secretaria da Segurança Pública, concluiu ressaltando o papel estratégico das igrejas na segurança pública, por seu potencial de apoio às famílias e fortalecimento social.

Assessoria Deputado Alisson Wandscheer



AKCWB
CRIAÇÃO E IMAGEM

CÓPIAS & IMPRESSÃO DIGITAL | DIGITALIZAÇÃO | PLASTIFICAÇÃO | LAMINAÇÃO
ENCADERNAÇÃO | MATERIAIS PERSONALIZADOS ACABAMENTOS ESPECIAIS
IMPRESSÃO OFF SET | CRIAÇÃO | DIAGRAMAÇÃO | DESIGN

☎ 41 3018-7641

☎ 41 99667-2465

f /AKCWB

@AKCWB

✉ COPIAS@AKCWB.COM.BR

Av. Rep. Argentina, 2.475 | Sobreloja | Sala 4

ORIOVISTO ENDOSSA CRÍTICAS Sobre o Poder Excessivo do STF

O artigo da revista britânica **The Economist** intitulado “*Brazil’s Supreme Court is on trial*” (“*A Suprema Corte do Brasil está sob julgamento*”) serviu de base para o senador Oriovisto Guimarães (PSDB/PR) voltar a cobrar, na sessão plenária desta terça-feira (22/4), a votação de propostas, como a Proposta de Emenda à Constituição de sua autoria (PEC 8/2021) que põe fim às decisões monocráticas (individuais) dos ministros do Supremo Tribunal Federal.

O senador leu o texto da revista, que destaca o poder excessivo de ministros da Corte, como Alexandre de Moraes; critica as decisões monocráticas, as anulações da Lava Jato e questiona a falta de iniciativa dos parlamentares brasileiros para votar pautas relevantes, como a regulação das mídias digitais.

“*Eu fico triste de ler as palavras escritas em uma revista britânica, mas precisamos fazer uma autocrítica. Há vários erros grotescos cometidos pelos ministros do STF. E nós, aqui, não estamos cumprimos*

do com o nosso papel. A Câmara não aprova a PEC que acaba com as decisões monocráticas, já aprovada pelo Senado, nem a PEC que põe fim ao foro privilegiado. E por quê? Porque há um grande conluio: não mexam comigo que eu não mexo com vocês. Se aprovássemos essas duas propostas e também o fim da reeleição, teríamos a maior parte dos problemas do país resolvidos. Vivemos uma grande tristeza!”, disse Oriovisto Guimarães.



Assessoria Senador Oriovisto Guimarães



A IMPORTÂNCIA DAS IGREJAS

Como Pontes da Inclusão e Acolhimento



APOSENTADORIA

Saiba como se Aposentar por Tempo de Contribuição

Edição 05 | Ano: 02 | Abril 2025

VENDA PROIBIDA

Revista

Paraná Oficial



JONI CORREIA

Empresário e Líder Político do Paraná

JONI CORREIA

Empresário e Líder Político do Paraná

Joni Correia, casado com a Fernanda Correia, pai do João Guilherme é um Empresário e Líder Político do Paraná, nascido em 1º de fevereiro de 1977 em Cornélio Procópio (PR), é um empresário e político brasileiro com formação em Direito e Comunicação Social Publicidade e Propaganda, pós-graduado em



Direito Internacional, Comportamento Organizacional e RH e MBA em Marketing. Atualmente, é Presidente Estadual do Partido Democracia Cristã (DC) no Paraná e tem se destacado por sua atuação nas esferas municipal e estadual.

TRAJETÓRIA POLÍTICA

Em 2022, Joni Correia foi candidato ao governo do Paraná pelo DC. Sua campanha foi marcada por propostas e princípios construídos junto com a família Paranaense, focando em valores como "Deus, Pátria, Família e Liberdade".

Antes disso, Joni teve alguns cargos públicos, incluindo passagens pela Secretaria de Trabalho e Emprego de Curitiba e pela Secretaria de Assistência Social e de Governo de Foz do Iguaçu, acumulando experiências na gestão pública.

ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2024

Em 2024, Joni Correia concorreu à prefeitura de Cornélio Procópio pelo DC. Sua candidatura foi deferida e contou com o apoio de uma coligação formada por PRTB, DC, PMB, AGIR e União Brasil.

ATUAÇÃO ATUAL

Como presidente estadual do DC paranaense, Joni Correia tem se dedicado a fortalecer a sigla, realizando visitas a diversas cidades do interior do Paraná, apresentando consolidadas propostas partidárias e incentivando líderes regionais a se filiarem ao DC e, com consciência elevada, concorrerem a cargos legislativos já nas próximas eleições.

Joni Correia conta com apoio total do líder maior do Democracia Cristã, José Maria Eymael, mais conhecido por Eymael ou ainda Constituinte Eymael, advogado, empresário e um dos mentores da Constituição Federal de 1988.



Centr optico
PORTAO

☎ (41) 99911-0478

📱 @centroopticoportao

📍 Av. República Argentina, 2534 - Lj 3

LIDERANÇA E INSPIRAÇÃO

O Papel do Planejamento na Qualidade da Educação

Com uma trajetória marcada por uma atuação incansável, sensível e profundamente comprometida com a formação de professores e com a valorização do fazer docente, a professora Patrícia Penkal de Castro -licenciada em Pedagogia pelo Centro Universitário Campos de Andrade e especialista em orientação, supervisão e coordenação escolar, liderança e coaching, além de neuropsicopedagogia - vem se consolidando como uma das principais referências no cenário educacional paranaense e nacional. Reconhecida por sua liderança inspiradora, ética profissional, inteligência sensível e capacidade de articular teoria e prática, Patrícia alia solidez acadêmica a uma escuta atenta e acolhedora, promovendo reflexões transformadoras nos espaços formativos por onde passa.

Sua dedicação vai além da sala de aula, alcançando a pesquisa, a gestão educacional e a defesa de uma educação humanizadora, crítica e de qualidade.

Em 2025, sua atuação ganhou ainda mais visibilidade ao ser reconhecida com dois importantes prêmios: o Prêmio Imprensa *“Destaque do ano empreendedor 2025 - 29ª edição”*, promovido pelo Jornal Diário do Sítio Cercado, e o Prêmio *“Personalidades Empreendedoras do Paraná 2025 - 30ª edição”*, concedido pela Assembleia Legislativa do Paraná, ambos em reconhecimento às suas contribuições relevantes para a área acadêmica e para a valorização do magistério no estado do Paraná. Essas premiações consagram seu papel como educadora e pesquisadora comprometida com a transformação social por meio da educação.

Além de sua sólida experiência em sala de aula, a professora Patrícia é autora de diversos artigos científicos, livros e publicações voltadas à prática docente, com ênfase no planejamento pedagógico, na formação de professores e na avaliação da aprendizagem. Sua participação como palestrante em congressos nacionais e internacionais fortalece o intercâmbio de saberes e amplia o impacto de suas reflexões no campo educacional.

Seus artigos, que abordam de forma crítica e fundamentada a importância do planejamento na prática docente, têm sido amplamente difundidos entre educadores, gestores e estudantes de licenciatura. As reflexões da professora vêm sendo adotadas em programas de formação docente, citadas em pesquisas acadêmicas e recomendadas em espaços formativos de diversas instituições de ensino. Com base em sólidos referenciais teóricos, ela defende que o planejamento ultrapassa a função meramente organizacional: é um ato pedagógico,

político e ético que estrutura o trabalho do professor e garante uma prática alinhada aos direitos de aprendizagem dos estudantes.

Segundo Patrícia Penkal de Castro, planejar é assumir uma postura investigativa, reflexiva e propositiva diante dos desafios cotidianos da educação. Nesse sentido, o planejamento pedagógico torna-se um eixo estruturante da identidade profissional do professor, garantindo intencionalidade, coerência e efetividade nas ações educativas.

Ao longo de sua carreira, a professora Patrícia tem inspirado centenas de educadores, tanto pela profundidade de suas reflexões quanto pelo compromisso humano e social que marca sua atuação. Sua produção intelectual reafirma a centralidade do educador como agente de transformação e convida os profissionais da educação a assumirem uma prática comprometida com a equidade, o conhecimento e a democracia.

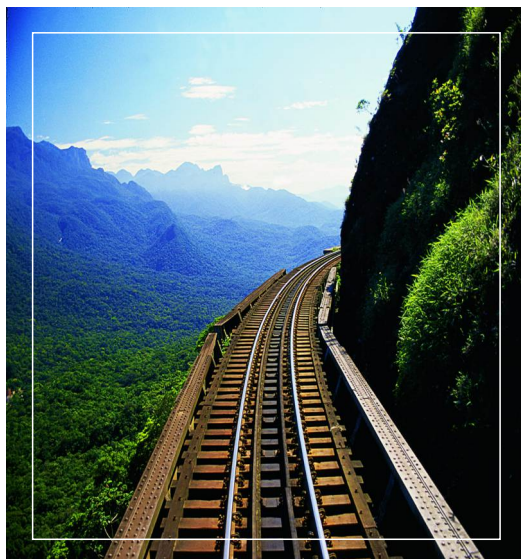
Em um momento histórico em que a valorização do magistério se mostra urgente, o trabalho da professora Patrícia Penkal de Castro representa um farol para aqueles que acreditam na educação como caminho para a justiça social e a emancipação dos sujeitos.



Patrícia Penkal de Castro
Pedagoga, Neuropsicopedagoga e
Mestre em Teoria Literária

SERRA VERDE EXPRESS

28 Anos à Frente de um dos Passeios Ferroviários mais Deslumbrantes do Mundo



A luz do amanhecer ainda tímida sobre os trilhos da Estação Ferroviária de Curitiba anuncia mais um dia de viagens memoráveis. É neste cenário que a Serra Verde Express prepara sua composição para mais uma jornada entre a capital paranaense e a histórica Morretes, um trajeto que há 28 anos deixou de ser apenas um transporte para se tornar uma experiência turística de classe mundial.

Considerado por publicações especializadas como um dos passeios ferroviários mais espetaculares do planeta, o Trem da Serra do Mar Paranaense é operado pela Serra Verde Express desde 1997. Construída em 1885 para escoar a produção de erva-mate, a ferrovia transformou-se em um produto turístico sofisticado, capaz de atrair visitantes dos cinco continentes.

A bordo dos vagões, passageiros embarcam em uma jornada de quatro horas por paisagens que parecem saídas de um sonho. A

composição serpenteia por 70 quilômetros de trilhos que cortam a densa Mata Atlântica, atravessando 13 túneis e 41 pontes que desafiam a gravidade, com destaque para a imponente Ponte São João, com seus 113 metros de altura. A cada curva, novas perspectivas se revelam: cachoeiras que despencam de paredões rochosos, vales profundos e uma biodiversidade que faz deste trecho um dos mais preservados do bioma.

A operação da Serra Verde Express elevou o padrão do turismo ferroviário no país. Atualmente, os passageiros podem escolher entre três categorias de serviço. A Turística oferece conforto e amplas janelas para contemplação. Já os vagões Boutique incluem serviço de bordo com drinks e lanches, enquanto a Litorina de Luxo proporciona ambiente climatizado e atendimento personalizado.

Os números impressionam: mais de quatro milhões e meio de passageiros transportados em quase três décadas. Em Morretes, cidade fundada em 1733 que serve como ponto final do trajeto, o turismo movimentado pelo trem representa cerca de 60% da economia local. Comerciantes da região chegam a atender mais de quatro mil visitantes em um único fim de semana.

Por trás desses resultados está um trabalho meticuloso de preservação histórica aliado à inovação turística. A empresa mantém um cuidadoso equilíbrio entre a modernização dos serviços e a manutenção do caráter histórico da ferrovia, construída pelos irmãos Rebouças, engenheiros negros que superaram as barreiras do racismo no Brasil Imperial para deixar este legado.

À medida que o trem avança pela serra, guias especializados narram não apenas a história da ferrovia, mas também detalhes da rica biodiversidade que passa pelas janelas. O apito característico ecoa pelos vales, anunciando a passagem de uma experiência que transcende o simples transporte - é uma imersão na história, na engenharia e na natureza brasileira.

Enquanto o sol começa a se pôr sobre os trilhos, os últimos passageiros desembarcam em Curitiba com a certeza de ter vivido algo único. Não apenas uma viagem entre duas cidades, mas sim uma jornada por 140 anos de história, 28 anos de excelência turística e paisagens que ficarão para sempre na memória - a prova viva de como uma ferrovia pode ser muito mais que um meio de transporte, mas sim uma experiência que coloca o Brasil no mapa mundial do turismo ferroviário.



Serra Verde Express®

TRENS E PASSEIOS



INSTITUTO SAÚDE DA VISÃO CENTRO ÓPTICO PORTÃO



A saúde visual é um direito de todos, mas, infelizmente, muitas pessoas ainda enfrentam dificuldades para acessar consultas oftalmológicas e óculos de grau. Pensando nisso, o Instituto Saúde da Visão nasceu com o propósito de levar atendimento de qualidade à população, garantindo que ninguém fique sem os cuidados necessários para enxergar o mundo com clareza.

Nosso projeto oferece consultas oftalmológicas, exames e encaminhamentos gratuitos, além de fornecer armações sem custo algum, para aqueles que precisam de óculos de grau. Nosso objetivo é, atuar em parceria com as prefeituras municipais, com um objetivo claro e impactante: Zerar a fila de espera para atendimentos oftalmológicos.

Sabemos que a falta de acesso à oftalmologista pode impactar diretamente a qualidade de vida das pessoas, dificultando atividades do dia a dia, como estudar, trabalhar e até mesmo interagir com o mundo ao redor. Por isso, trabalhamos com

dedicação para mudar essa realidade, proporcionando mais saúde e inclusão para todos.

Ao longo de nossa atuação, temos visto histórias emocionantes de pessoas que voltaram a enxergar bem e recuperar sua independência. Crianças que passaram a ter um melhor desempenho na escola, trabalhadores que puderam voltar ao mercado de trabalho e idosos que reconquistaram sua autonomia.

O Instituto Saúde da Visão segue firme em sua missão de democratizar o acesso à saúde ocular, sabemos que com o apoio das prefeituras, podemos expandir ainda mais esse trabalho.

Modelos de atendimento: Unidade fixa no município ou Unidade móvel no município.

***Se você deseja saber mais ou fazer parte dessa transformação, entre em contato conosco!
Juntos, podemos garantir que todos tenham uma vida mais digna.***

41.99911-0478 | 41.3019-3652 | @centroopticoportao

Av. República Argentina, 2534 - Loja 03 | Edifício Parque dos Príncipes



BOTECO BOA PRAÇA
R. Comendador Araújo, 1066
Batel - Curitiba



"Um ponto de encontro para celebrar a vida!"

MARCA "REQUIÃO"

Segue como Principal Força para Enfrentar o Extremismo no Paraná

A pesquisa Avaliação Estadual - Paraná, realizada pela Futura Inteligência, confirmou que a marca Requião continua sólida e reconhecida entre os paranaenses.

s. O levantamento indica Roberto Requião com 17,8% das intenções de voto para o governo do Paraná em 2026, reforçando a busca dos eleitores por posicionamentos mais equilibrados nas eleições do próximo ano.

Os dados revelam que, mesmo em um cenário de forte polarização, Requião se destaca. O nome aparece com um histórico de governo de equilíbrio entre o progresso industrial, o fortalecimento de produtores rurais, gestão adequada de empresas públicas e desenvolvimento social. O deputado estadual, Requião Filho, destaca que as pesquisas recentemente divulgadas indicam o desejo de equilíbrio político no Estado, deixando de lado posicionamentos extremos.

"Mais do que um nome, Requião representa uma trajetória que uniu, ao longo de décadas, desenvolvimento e inclusão social. Suas gestões combinaram políticas públicas de apoio ao setor produtivo e a valorização do trabalhador. Um governo que promoveu desde a tarifa social da água até a implantação de irrigação noturna para o agronegócio", aponta Requião Filho, que ficou em 2º lugar para o governo em pesquisa realizada pelo Instituto IRG.

Além disso, o nome Requião é lembrado por simbolizar um governo que atua no Paraná de forma integrada. Para o parlamentar, o atual governo de Ratinho Jr. deve encerrar sua gestão com lacunas importantes quando se pensa no futuro.

Por vender empresas públicas que dão lucro,



promover a privatização de escolas públicas e não investir em infraestrutura e industrialização, por exemplo, o Paraná deixa de dar passos de desenvolvimento a longo prazo. *"Crescimento com justiça social, incentivo à economia com proteção dos mais vulneráveis, compromisso com o meio ambiente e respeito às instituições democráticas. É isso o que se espera de um Estado que toma decisões pensando no futuro."*, explica.

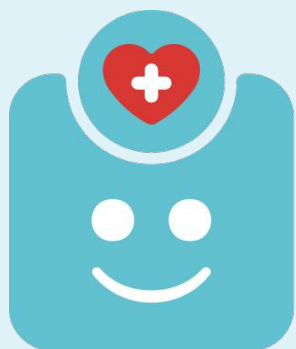
Fica o questionamento - A pesquisa foi realizada com a participação de 800 paranaenses e divulgada no último sábado (12). Em primeiro lugar aparece Sergio Moro, representando a extrema-direita.

Em sequência, a marca Requião, que vem crescendo em todos os levantamentos apresentados no Paraná. *"Nesse cenário, queremos entender por que o nome Requião não aparece como opção para o segundo turno das eleições. Seria medo ou certeza de um resultado favorável ao equilíbrio na política paranaense?"*, questiona Requião Filho.

Assessoria Deputado Estadual Requião Filho

amor saúde

MEDICINA, ODONTOLOGIA E EXAMES



UNIDADE PORTÃO

 (41) 3359-5515

Av. Rep. Argentina, 2398

VEREADOR LÓRENS NOGUEIRA

O Vereador que Mais Apresenta Proposições na Regional Boqueirão



O vereador Lórens Nogueira (PP) completa seus primeiros 100 dias de mandato na Câmara Municipal de Curitiba consolidando-se como o parlamentar mais atuante na apresentação de proposições voltadas à Regional Boqueirão. Com um histórico de mais de uma década à frente do Instituto Grupo Solidário, Lórens iniciou sua trajetória no Legislativo com o mesmo compromisso que o guiou ao longo dos anos: trabalhar pelas pessoas e pelas comunidades que mais precisam.

Somente nesses primeiros três meses de mandato, o vereador já apresentou:

- 714 requerimentos;
- 17 projetos de lei, sendo um deles um projeto de decreto legislativo;
- 9 pedidos de informações e indicações ao Executivo.

“Nós chegamos à Câmara para trabalhar - e é isso que temos feito desde o primeiro dia. Quem me colocou aqui foi a comunidade, e tudo que conquistamos até agora é fruto da confiança de quem sempre esteve ao nosso lado”, destaca Lórens.

A atuação parlamentar de Lórens é marcada por presença constante nas ruas, especialmente nas áreas periféricas da cidade. O vereador se dedica à escuta ativa da população, transformando demandas em propostas concretas e encaminhamentos diretos às secretarias responsáveis. Ele é membro das comissões de Constituição e Justiça, Saúde e Bem-Estar Social, e atualmente preside a Comissão de Ética e Decoro Parlamentar.

“O mandato é coletivo. Todas essas ações refletem a voz do povo, que finalmente encontrou espaço dentro da Câmara. Esse não é um gabinete de portas fechadas, mas sim de portas abertas, com trabalho sério e comprometido”, afirma.

Reconhecido como uma nova liderança popular, Lórens defende que a política precisa estar a serviço da dignidade das pessoas. Para os próximos meses, ele promete intensificar ainda mais as visitas às comunidades, as reuniões com lideranças locais e a apresentação de projetos com foco em saúde, educação, assistência social e juventude.

“Esse é só o começo. Estamos aqui com fé, coragem e um compromisso que vem de muitos anos de luta. O povo está dentro da Câmara — e é assim que a política começa a mudar de verdade”, finaliza.

Assessoria Vereador Lórens Nogueira

FORTALECENDO O EMPREENDEDORISMO

Na segunda-feira dia 31 de março, a Vereadora Indiara Barbosa participou de uma importante reunião da Frente Parlamentar do Empreendedorismo, da qual faz parte como vice-presidente. A reunião, contou com a presença do nosso Vice-Prefeito, Paulo Martins.

"O empreendedorismo é uma das principais pautas do meu mandato, pois acredito que os empreendedores movem a economia e geram empregos".

Essa Frente nasceu com o compromisso de fortalecer o ambiente de negócios, reduzir burocracias e estimular a inovação, sempre em diálogo com aqueles que estão na linha de frente do crescimento: os empreendedores.

Composta por 13 vereadores e vereadoras, a Frente Parlamentar do Empreendedorismo tem como principais objetivos:

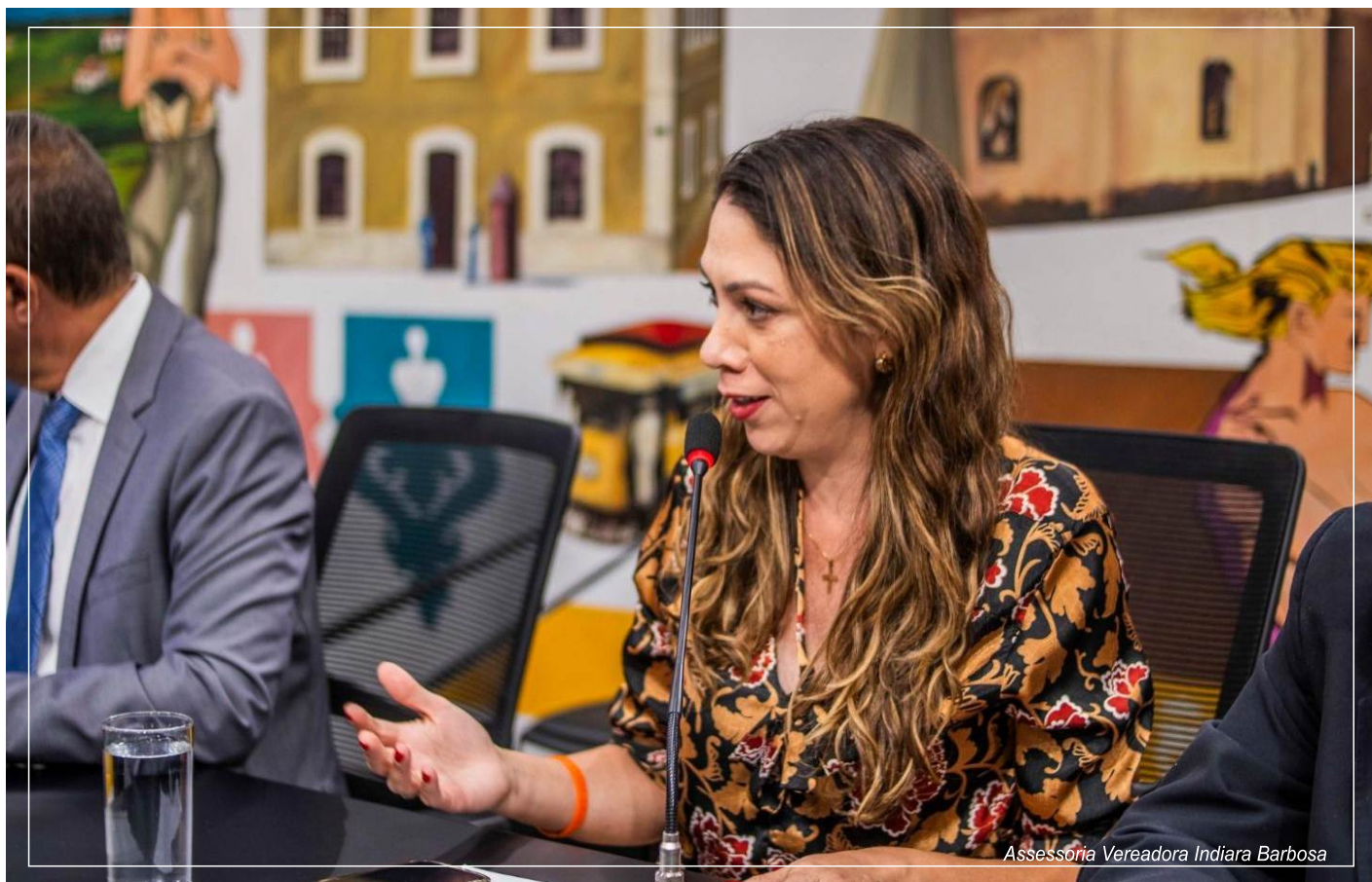
- Valorizar os pequenos negócios;
- Incentivar políticas públicas voltadas ao empreendedorismo;
- Simplificar processos burocráticos e tributários;
- Promover debates e eventos para engajamento da sociedade civil;
- Fortalecer a economia em regiões com menor desenvolvimento.
- Estimular a liberdade econômica e criar melhores condições para micro e pequenos empreendedores;

Além disso, atuaremos em parceria com o Poder Executivo para identificar e atender às demandas do setor, sempre buscando um ambiente mais favorável para quem quer empreender.

"Seguirei firme nessa pauta, trabalhando para que Curitiba seja cada vez mais uma cidade de oportunidades para quem quer crescer e gerar empregos!"

Na reunião, estiveram com a gente, representantes das seguintes instituições:

- Sebrae;
- Associação Comercial do Paraná;
- Associação do Comércio e Indústria de Santa Felicidade;
- AECIC - Associação das Empresas da Cidade Industrial de Curitiba;
- Faciap – Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Paraná;
- A Emgrab- Associação empreendedores e empresários do grande Boqueirão;
- Secretaria de Urbanismo



Assessoria Vereadora Indiara Barbosa

PROCURADORIA DA MULHER

Paraná Alcança Marca Histórica de 176 Procuradorias da Mulher



O estado do Paraná atingiu um marco significativo na defesa dos direitos femininos, com a instalação de mais três novas Procuradorias da Mulher nos municípios de Nova Santa Rosa, Centenário do Sul e Goioxim. Com isso, o estado chega à expressiva marca de 176 unidades em funcionamento, consolidando-se como referência nacional na promoção da segurança e dos direitos das mulheres.

A Procuradoria da Mulher tem um papel fundamental na proteção e acolhimento das mulheres, fortalecendo a rede de assistência e combate à violência de gênero. Para a deputada estadual Cloara Pinheiro, que também exerce a função de Procuradora Especial da Mulher da Assembleia Legislativa do Paraná, cada nova unidade representa uma conquista coletiva. *"A Procuradoria é um órgão essencial que defende todos os direitos das mulheres. Além disso, é um espaço de acolhimento para todas que precisem de apoio. Nosso compromisso é acolher, escutar e resolver"*, destacou a deputada.

ATUAÇÃO ABRANGENTE E SUPORTE EFETIVO

A Procuradoria da Mulher atua na defesa dos direitos femininos em diversas esferas, incluindo o ambiente político, o mercado de trabalho, as instituições de ensino e o lar. Além disso, está preparada para receber e encaminhar denúncias de discriminação, cerceamento de direitos e violência contra a mulher, garantindo soluções rápidas e eficazes em parceria com outros órgãos e instituições, tanto públicas quanto privadas.

Para assegurar a qualidade e a efetividade do atendimento, a equipe da Procuradoria também oferece mentoria e suporte às unidades municipais, garantindo o pleno funcionamento dos serviços.

CANAIS DE ATENDIMENTO

Mulheres que necessitam de apoio podem entrar em contato com a Procuradoria da Mulher da Assembleia Legislativa do Paraná pelo telefone e WhatsApp (41) 3350-4030.

Também é possível denunciar casos de violência através da Central de Atendimento à Mulher, no Disque 180.

Endereço: Avenida João Gualberto, 1000, 15º andar, Centro Cívico, Curitiba - PR.

Assessoria Deputada Cloara Pinheiro



IMPOSTO DE RENDA 2025

contato@conts.com.br
41 3079-1166 / 98439-8543

Av. República Argentina, 2.510
Sl. 20 - Portão - Curitiba - PR

Imposto de renda pessoa física | Autônomos | Condomínios | Empregados domésticos | Micro empreendedor individual (MEI)
Abertura e encerramento de empresas | Contabilidade em geral

PONTE DE GUARATUBA

Obras da Ponte de Guaratuba Avançam com a Concretagem de vãos no trecho pré-moldado



Foto: Gediel Mendes Consórcio Supervisor Ponte de Guaratuba

As obras da Ponte de Guaratuba alcançaram um novo marco neste mês de abril com a concretagem de dois vãos no trecho pré-moldado da estrutura.

A execução representa um avanço importante na construção da superestrutura da ponte, que ligará os municípios de Guaratuba e Matinhos, contribuindo para o desenvolvimento da região.

A execução das lajes dos vãos contou com a aplicação de 120 metros cúbicos de concreto, o que equivale a cerca de 15 caminhões betoneira. A operação exigiu aproximadamente 12 horas contínuas de trabalho e envolveu diretamente uma equipe de 40 profissionais, entre operários, engenheiros e técnicos.

Cada vão representa a distância entre dois apoios consecutivos da ponte, compostos por pilares e fundações que sustentam a superestrutura. A obra total conta com 23 vãos, sendo 20 no trecho pré-moldado e três adicionais no segmento estaiado da ponte.

De acordo com a engenheira do Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná (DER/PR), Larissa Vieira, as obras seguem um trabalho técnico rigoroso, priorizando segurança, qualidade e sustentabilidade. "Esse avanço demonstra não apenas o cumprimento do cronograma, mas também a eficiência do método de trabalho adotado, com o uso de elementos pré-moldados que aceleram a execução e garantem qualidade estrutural", explica.

O diretor-presidente do DER/PR, Fernando Furiatti, também destacou a importância da integração entre planejamento e execução. "Essa etapa é resultado de um esforço conjunto entre equipes de campo e coordenação técnica. O uso de soluções pré-moldadas e o controle rigoroso dos processos construtivos têm sido fundamentais para manter a

qualidade e o ritmo da obra", afirma. A tecnologia empregada nessa fase da construção envolve a utilização de estruturas pré-moldadas, fabricadas no canteiro de obras e transportadas até os apoios.

Inicialmente, são lançadas as vigas longarinas sobre travessas, seguidas pelas chamadas pré-lajes, que são placas de concreto que funcionam como fôrmas para a laje definitiva. Essa técnica dispensa o uso de escoramentos tradicionais, agilizando o processo de execução.

Após a instalação das pré-lajes, é feita a colocação das armaduras metálicas, seguida da concretagem da laje. Com o concreto já curado, a laje receberá o revestimento final que comporá a pista de rolamento para os veículos.

O engenheiro Douglas Oening, coordenador do Consórcio Supervisor Ponte de Guaratuba, afirma que a equipe está acompanhando de forma contínua e rigorosa todos os processos da obra. "Nossa atuação como consórcio supervisor é garantir que cada etapa da obra seja executada em conformidade com os projetos, normas técnicas e padrões de qualidade exigidos pelo DER/PR.

A concretagem dos dois primeiros vãos é um marco que evidencia o cumprimento do cronograma e a eficiência do método construtivo adotado pela executora", enfatiza. PONTE – A Ponte de Guaratuba terá 1.244 metros de extensão, com quatro faixas de tráfego, duas faixas de segurança, barreiras rígidas em concreto, calçadas com ciclovia e guarda-corpo nas extremidades.

Em fevereiro, a estrutura alcançou a marca de 44,2% de execução – mostrando a agilidade dos trabalhos das equipes no canteiro de obras. Para conferir as obras em tempo real acesse o site www.pontedegaratuba.pr.gov.br.